

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019
EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1087156 - RJ
(2017/0086616-6)

RELATOR : MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
EMBARGANTE : CYRELA RJZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS
LTDA
ADVOGADOS : CARLOS ALBERTO SUSSEKIND ROCHA -
RJ079827
FLÁVIO DIZ ZVEITER - RJ124187
CARLOS HENRIQUE MACIEL DE ABRAHÃO E
OUTRO(S) - RJ121895
BRUNO CESAR ALVES PINTO - DF026096
RICARDO DINIZ DE ANDRADE E OUTRO(S) -
RJ162497
CLÁUDIA LIBRON FIDOMANZO E OUTRO(S) -
SP212726
CAROLINA DE JESUS MULLER E OUTRO(S) -
DF038896
EMBARGADO : GRUPAMENTO RESIDENCIAL FRONTLAKE
ADVOGADOS : RODOLFO PAES DE ANDRADE BORZONE -
RJ139963
VICTOR SALGADO DIBO E OUTRO(S) - RJ166752
ALLAN MARCOS MACHADO FERREIRA -
RJ167237
JOÃO VICENTE BERRIEL NETTO - RJ169957

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE E ERRO MATERIAL NÃO VERIFICADOS. DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. PREQUESTIONAMENTO. INVIABILIDADE.

1. Ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos declaratórios, afigura-se patente o intuito infringente da presente irresignação, que objetiva não suprimir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou sanar erro material, mas, sim, reformar o julgado por via inadequada.
2. Nos termos do art. 105, inciso III, da Constituição Federal, não compete a esta Corte o exame de dispositivos constitucionais em embargos de declaração, ainda que opostos para fins de prequestionamento, sob pena de invasão da competência atribuída ao Supremo Tribunal Federal.
3. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Os Srs. Ministros Nancy Andrighi, Paulo de Tarso Sanseverino, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 18 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva
Relator

